

RELAÇÕES DE GÊNERO: UM OLHAR PARA ESTUDANTES DA EJA, EM BREVES-PA

Ingrid Santos dos SANTOS¹

Recebido: 9/11/2021

Aprovado: 26/11/2021

Resumo

As discussões a respeito de gênero sempre ratificam que as relações desiguais entre homens e mulheres são construídas socialmente e, sendo assim, podem ser desconstruídas. Nesse sentido, compreendemos que os espaços sociais, como a escola, por exemplo, possuem a responsabilidade de proporcionar esclarecimentos sobre concepções anacrônicas acerca de gênero. Desse modo, considerando que as desigualdades – em especial a de gênero – são uma realidade na sociedade brasileira e tendo a possibilidade de conhecer melhor essa temática no meio educacional, surgiu o interesse em analisar as relações de gênero junto a estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Busca-se com isso averiguar, a partir de narrativas orais, se as discussões sobre relações de gênero têm chegado, via sala de aula, a estas estudantes. Para atingir os objetivos utilizamos metodologicamente a abordagem qualitativa, partindo, primeiramente, de uma pesquisa bibliográfica para, posteriormente, uma pesquisa de campo, tendo como instrumentos de coleta de dado as entrevistas com três alunas, da 4ª etapa da EJA. Assim, para essa análise utilizamos implicações teóricas de Louro (1997), Pereira (2004), Scott (1990), entre outros. A partir das análises, os resultados nos possibilitaram identificar que as entrevistadas veem a sua própria identidade com base em estereótipos construídos socialmente do que significa ser mulher. Esse resultado reforçou o fato de que, durante o tempo que passaram na EJA, não tiveram contato com nenhuma discussão sobre relações de gênero na escola, seja em cumprimento do currículo escolar; seja por iniciativa própria do(a) professor(a).

Palavras-chave: Relações de gênero. Educação de Jovens e Adultos. Desigualdades. Mulheres.

Abstract

Discussions about gender always confirm that unequal relations between men and women are socially constructed and, therefore, can be deconstructed. So we understand that social spaces, such as the school, for example, have the responsibility to provide clarification on anachronistic conceptions about gender. Thus, considering that inequalities - especially gender inequalities - are a reality in Brazilian society and having the possibility of getting to know this issue better in the educational environment, there was an interest analyzing gender relations with students of Educação de Jovens e Adultos (EJA). The aim is to find out how and if gender relations have been treated in the EJA teaching space, at some point during the classes. To achieve the objectives, we methodologically use a qualitative approach, starting from a bibliographical research for, later, a field research, having as data collection instruments the observation in the classroom and interviews with three students, from the 4th stage of the EJA. Thus, for this analysis we use the theoretical implications of Louro (1997), Pereira (2004), Scott (1990) etc. From the analyses, the results allowed us to identify that the interviewees see their own identity based on socially constructed stereotypes of what it means to be a woman. This result reinforced the fact that during the time they spent at EJA, they had no contact with any discussion about gender relations at school, whether in compliance with the school curriculum; or on the teacher's own initiative.

Keywords: Gender relations. Educação de Jovens e Adultos. Inequalities. Women.

¹ Graduada em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó-Breves. Pós-graduada em Educação e Cidadania pela Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó-Breves.

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Letras (2013-2016), em algumas disciplinas e, principalmente enquanto bolsista PIBIC-interior, trabalhei com estudos de gênero. Enquanto bolsista de iniciação científica, desenvolvi pesquisas com mulheres ribeirinhas², a partir de narrativas orais. No curso de especialização³, a pesquisa também se voltou para os estudos de gênero, dando sequência aos estudos iniciados na graduação. Neste artigo, trago partes da monografia defendida em junho de 2019 e orientada pela Profa. Dra. Sônia Maria Pereira do Amaral.

Para chegar à pesquisa desenvolvida na especialização, consideramos que as discussões a respeito de gênero sempre ratificam que as relações desiguais entre homens e mulheres são construídas socialmente e que, sendo assim, podem ser *desconstruídas*. Nesse sentido, compreendemos que os espaços sociais como a escola, por exemplo, possuem a responsabilidade de proporcionar esclarecimentos sobre concepções anacrônicas sobre gênero, contribuindo para que possamos ter uma sociedade mais igualitária e menos violenta para com as mulheres.

Desse modo, considerando que as desigualdades – em especial a de gênero – são realidades na sociedade brasileira, faz-se importante estudar e discuti-las em todos os segmentos sociais, inclusive nas instituições educacionais. Desta forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para onde endereçamos o nosso olhar, surge como um importante e instigante *lócus* de estudo. Primeiro por ser um ambiente escolar no qual circulam diferentes indivíduos, de diferentes contextos e ambientes sociais; por outro lado, por ter uma clientela mais adulta e, conseqüentemente, mais vivida, que nos desperta o interesse em conhecer mais, no que tange às relações sociais de gênero.

Neste contexto, o objetivo desse trabalho é analisar, a partir das narrativas de mulheres/estudantes de uma turma noturna do EJA, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Emerentina, em Breves-PA, se as relações de gênero foram (ou não) tratadas/conduzidas no ambiente de ensino das entrevistadas.

Para tanto, este artigo se estrutura da seguinte forma, a saber. Na primeira trago algumas considerações sobre feminismo, gênero e educação de jovens e adultos. Em seguida as análises, a partir das narrativas de três alunas da EJA. E, por fim, as considerações finais.

² O plano de trabalho como bolsista PIBIC-interior, intitulado *(Re)escrevendo histórias de/e sobre mulheres ribeirinhas*, estava vinculado ao projeto de pesquisa *Mulheres a(es)quecidas: recontando histórias de mulheres quilombolas*, coordenado pela Profa. Dra. Sandra Maria Job. Ambos vinculados ao grupo de pesquisa EGERA (Estudos de Gênero e Raça), coordenados pela Profa. Dra. Sandra Maria Job. Resultados da pesquisa da bolsista encontram-se disponíveis em: < <https://www.coloquiodeletras.ufpa.br/downloads/ii-coloquio/anais/167-ingrid.pdf> > e < http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5_Ingrid%20Santos%20odos%20Santos.pdf >.

³ Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Cidadania.

2 FEMINISMO, GÊNERO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A mulher e a educação vivem uma relação “feliz” que, podemos dizer, iniciou-se não faz tanto tempo assim, pois, como sabemos, até o início do século passado, os bancos escolares foram territórios proibidos para mulheres. Por isso, a todo momento devemos reafirmar a necessidade desse direito, visto que, de acordo com a Constituição de 1988, em seu artigo 205, “a educação é direito de todos e deve ser promovida e incentivada com a participação da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988).

Direito este conquistado com muitas lutas e que ainda precisa de outras tantas para ser cumprido a contento, pois ainda é grande o número de mulheres com baixa escolaridade no Brasil. Mulheres que, por motivos vários, abandonaram/abandonam a escola sem concluir nem mesmo o ensino fundamental. Nesse sentido, ainda que a passos lentos, o acesso à educação, para aqueles que não puderam estudar quando em idade escolar, já está acontecendo por meio de políticas públicas como a EJA. E isso é de suma relevância, pois a educação contribui para que o indivíduo se conscientize, por exemplo, de sua cidadania. E vale ratificarmos que ela (a cidadania), em sua polissemia, também inclui em seus elementos o reconhecimento dos direitos sociais e humanos dos cidadãos, possibilitando que eles reflitam sobre o próprio papel dentro da sociedade.

Nesse contexto, fica evidente a importância da educação para o/a cidadão/ã, não apenas como um meio de preparação ou ascensão profissional, mas, imprescindivelmente, como uma ferramenta capaz de possibilitar às pessoas um olhar mais crítico sobre sua realidade e todos os problemas que nela se encontram, principalmente aqueles que, muitas vezes, encontram-se bem disfarçados em todos os âmbitos sociais, como é o caso das desigualdades de gênero. Assim, faz-se pertinente esclarecermos aqui alguns conceitos, tais como gênero e suas especificidades.

2.1 Feminismo e gênero

No que tange a gênero, de acordo com Scott (1990. p. 3),

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados. No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Nesse sentido, Scott expõe que o termo gênero, com base na gramática, é compreendido como uma maneira de classificar os gêneros socialmente, por meio de suas distinções e não por uma

descrição que objetive a particularidade de cada um. Já no termo incorporado pelas feministas americanas (iniciadoras do movimento feminista), refere-se ao sentido social dessas distinções fundamentadas no sexo em que são afirmadas.

Logo, a expressão gênero surgiu com expansão da luta feminista pelo mundo (SCOTT, 1989; LOURO, 1997), ou seja, do movimento que levou (e tem levado ainda) algumas mulheres às ruas para lutar por direitos, pela igualdade entre homens e mulheres. Esse movimento, de acordo com a literatura, é caracterizado por momentos significativos, denominados por algumas estudiosas como Primeira, Segunda e Terceira Onda. Vale ressaltar que uma das pautas que marcou o segundo momento (Segunda Onda) foi o direito ao voto (ALVES; PITANGUY, 1985; LOURO, 1997), que é um dos maiores direitos do/a cidadão/ã: o direito de escolher quem o representará nas instâncias mais altas de uma sociedade democrata.

Dentre as reivindicações necessárias às discussões de gênero, a educação ainda carece de um olhar mais atencioso, pois desenvolver um ensino para mulheres que têm inúmeras jornadas de trabalho é uma tarefa, no mínimo, desafiadora. Esse aspecto é reflexo das relações desiguais de gênero, em cujo contexto de suas construções, segundo Pereira (2004, p. 174), há um “esforço teórico de subversão cultural. Na verdade, apreende-se nas diversas abordagens conceituais o empenho em desvendamentos de posições, de lugares e de papéis desiguais e subalternos”.

Nessa perspectiva, as relações de gênero é o campo que trata das desigualdades decorrentes do que se foi construído socialmente sobre os sexos, a partir da questão biológica, ou seja, das criações dos papéis, identidades ditas “de mulher” e “de homem”, sendo os afazeres domésticos – casa, filhos, cuidar do marido – reconhecidos pela sociedade, erroneamente, como papéis exclusivamente femininos, enquanto o papel masculino se apresenta como o de chefe de família, provedor do sustento de seus dependentes (esposa e filhos) (LOURO, 1997).

No que se refere à mulher no espaço escolar, consideramos uma iniciativa tardia, pois as mulheres de classe média, em geral, eram proibidas de sair de suas residências sem a companhia de seus esposos e, por isso, eram ensinadas dentro de casa, diferentemente do que ocorreu com as mulheres pobres que, como já citado, têm e sempre tiveram excessivas jornadas de trabalho e raramente tinham/têm a oportunidade de estudar ou de concluir os estudos.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO: UM OLHAR PARA ESTUDANTES DA EJA, EM BREVES-PA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um modelo/proposta de educação criada para atender a pessoas que não concluíram, dentro da faixa etária correspondente, o ensino básico. Por ser

constituída de um público diverso e intergeracional, a EJA deve ser um espaço democrático, destituída de conceitos socialmente construídos que ainda oprimem os sujeitos que buscam por equidade. Mas no ínterim entre dever e ser tem todo um caminho que nem sempre é reto e sem percalços. Sendo assim, cabe olharmos mais de perto para verificar, por exemplo, as possíveis (ou não) contribuições que essa modalidade de ensino oferece para relações sociais de gênero justas e igualitárias. Nesse sentido, a proposta é averiguarmos a existência (ou não) dessas contribuições a partir das vozes de três colaboradoras estudantes da EJA, em Breves-PA.

Vale esclarecer que antes de chegar nas três estudantes entrevistadas, na pesquisa maior, relativa à monografia, também tínhamos como objetivo observar, em sala de aula, as relações de gênero com o intuito de identificar possíveis situações envolvendo (des)igualdades de gênero e averiguar como tal situação seria encaminhada (ou não) pelo/a docente e/ou discentes. E, posteriormente, o objetivo era a entrevista. Para este artigo, conforme já especificado anteriormente, o objetivo são as entrevistas.

Com relação às entrevistas, elas foram realizadas com três alunas de uma turma da 4ª Etapa da EJA (correspondente ao 7º e 8º ano do ensino fundamental) da escola já citada. E são apenas três, pois já durante o período de observação, ocorreu greve dos funcionários da educação municipal, ocasionando o encerramento das atividades da EJA antes do tempo previsto. Com a greve, não conseguimos contato de todas as alunas, apenas dessas três entrevistadas que, conforme combinado entre pesquisadora e colaboradoras, serão identificadas com letras e números, a fim de preservarmos suas identidades. E antes de adentrarmos aos resultados, é necessário que tracemos um breve perfil das mesmas.

A primeira colaboradora, a A1, de 39 anos, é casada há nove anos, não tem filhos e trabalha como vendedora de produtos de maquiagem e roupas íntimas; a segunda, A2, tem 35 anos, casada há seis anos, tem uma filha de 6 anos e é dona de casa; já a terceira, A3, tem 25 anos, solteira, tem um filho de 8 anos e não trabalha. As três mulheres concluíram o ensino fundamental pela EJA em 2018, e atualmente estão cursando o ensino médio. Elas residem em bairros periféricos da cidade de Breves-PA.

No que tange às perguntas, para podermos entender um pouco mais a relação das entrevistadas com a educação, as primeiras questões giraram em torno desse tema, a saber: “Por que parou de estudar, qual foi a razão/motivo que levou você a parar de estudar ainda no ensino fundamental?” Em resposta, A1 afirma:

[...] eu não pude cursar devido uma separação que houve com meus pais, naquela época, mais ou menos, eu tinha meus nove *pra* dez anos, eu fui trabalhar em casa de

família, sendo que, tipo, eu tive que [...] ser babá nas casas... aí, [...] depois eu comecei ser empregada mesmo, de fazer as coisas [...] todinhas de uma casa (A1, 39 anos, 2019).

A1 demonstra emoção ao lembrar esse período, no qual, mesmo sendo uma criança foi levada para o mundo do trabalho, para ajudar no sustento de sua família, também como forma de amparo à sua mãe: “[...] a gente foi ser o que *pra* minha mãe? A gente foi ser o suporte dela, que ela ficou [...] com oito filhos, deu *pra* ela muita dificuldade pra ela criar a gente. E a gente lutava de um lado, os filhos, e as filhas *pra* outro, assim, pra gente sobreviver”. Com essa declaração, A1 conclui sua resposta: “nesse período eu tive que, que parar de estudar, porque eu encontrava dificuldade, o cansaço, e... eu não tinha como [...] trabalhar e estudar, trabalhar e estudar” (A1, 39 anos, 2019).

Em resposta ao mesmo questionamento, A2 justifica: “É porque a minha filha era pequena e não tinha com quem eu deixar, né?! e *teve* que esperar o pai dela terminar, *pra* depois eu estudar, terminar [...] ele *tava* fazendo o ensino médio [...] e depois fui eu” (A2, 35 anos, 2019). Entretanto, ela teve sua filha há 6 anos, nesse caso teria 29 anos quando precisou interromper seus estudos. Ou seja, algo mais causou o “atraso”, porém A2 não acrescentou quaisquer outras informações que explicassem o porquê de ter ficado tanto tempo fora da escola.

Por sua vez, A3 justifica a desistência temporária de seus estudos a partir de dois fatores: primeiramente, pela distância de sua residência para a escola: “eu morava no interior⁴... aí eu tinha que *vim* todo dia de lá, né, e voltar *pra* lá”. E, posteriormente, porque “Ah, é que eu engravidei dele, aí ficou uma dificuldade *pra* mim, aí eu tive que parar, que eu passava mal durante a gravidez, aí eu parei” (A3, 25 anos, 2019).

Diante das respostas das entrevistadas, foi possível perceber que as principais causas que as levaram a interromper seus estudos foram gravidez e trabalho, isto é, ajudar financeiramente em casa. Nesse sentido, para Narvaz, Sant’anna e Tesseler (2013, p. 100), “Sabe-se que a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares advindas do casamento e a maternidade é um dos principais motivos de evasão das mulheres adultas da escola, sobretudo se forem pobres, negras e habitantes das áreas rurais”, ao que acrescentamos e das áreas ribeirinhas. Ou seja, a pesquisa aqui só comprova o que estudos como o de Narvaz, Sant’anna e Tesseler, por exemplo, já apontaram, e que seguramente não é segredo para o governo brasileiro. Contudo, não se veem políticas públicas amplas e eficazes para coibir a evasão escolar por esses motivos recorrentes. Nem quando o abandono escolar ocorre antes da idade adulta, como foi o caso de uma das entrevistas que interrompeu os estudos para

⁴ Interior aqui significa que morava fora da região urbana, isto é, à margem de algum rio distante da cidade mais próxima.

trabalhar, primeiramente de babá e depois de doméstica, para ajudar sua mãe no sustento da família. Sobre esses trabalhos Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010, p. 7-8) discorrem que

as funções que as mulheres exerciam no mercado de trabalho, se deram de acordo com as construções históricas e culturais do papel da mulher ao longo do tempo, ou seja, foram encaminhadas para funções propriamente atribuídas ao papel da mulher, como o emprego de doméstica, babá ou costureira [...].

Vale ressaltar que políticas públicas como bolsas advindas do governo federal (que é dada para a família manter o/a filho/a na escola) são válidas e importantes, mas por si só não resolvem a questão da evasão e/ou do rendimento escolar dessa criança. A família que usufrui dessa bolsa precisa de orientações/cursos sobre a importância da educação na vida do/a filha. Só assim essa família não privará o/a filha da escola na primeira dificuldade que encontrar e/ou nem tratará a educação dele/a como um mero meio de receber rendimentos do governo federal.

Na sequência, a pergunta referiu-se aos objetivos que motivaram as colaboradoras a regressarem à escola. Nesse contexto, A1 responde: “[...] posso dizer assim... colocar dificuldade... financeira, mercado *do* trabalho, concorrência, em si”. Ou seja, o mercado de trabalho a motivou a retornar para a sala de aula. De acordo com ela,

[...] hoje você termina seus estudos. Se você não buscar o conhecimento, sendo que, tipo, aquilo valeu *pra* você de... no meu ponto de vista, ficou na estaca zero. Então, assim, o que me levou mesmo... há dois, três anos atrás, eu conversei com meu esposo, e disse a ele: agora eu vou ter que terminar os meus estudos, porque o mercado *do* trabalho, ele te obriga a ser qualificado, a concluir os estudos. Aí, como eu não tinha, eu procurei, então, me ingressar, *pra* terminar meus estudos (A1, 39 anos, 2019).

Em resposta à mesma indagação, a colaboradora A2 esclarece que quer concluir sua formação: “*pra mim* terminar meus estudos, que eu quero terminar, né? [...]”. Já A3 resolveu retornar aos estudos em busca de melhores condições de vida para seu filho e sua família, pois ela quer “dar um futuro melhor *pra* ele e *pra* minha família”, em suas palavras. Ao abordar esse assunto, surgiu informações a respeito dos sonhos das entrevistadas, todos intrinsecamente ligados à educação, pois vão desde cursos de graduação, até o exercício da pedagogia, conforme os relatos a seguir:

[...] um sonho[...] de cursar Pedagogia, porque [...] eu sempre... até quando eu tive, assim, quando eu tinha meus dezesseis, vinte anos, eu sempre brinquei, sempre formei, assim, turmas. Eu era professora, brincava de professora. Aquilo foi criando dentro de mim, criando dentro de mim. Então, quando eu chego numa escola, agora, que eu vejo, assim, uma pedagoga, que eu vejo coordenadora... e eu digo: senhor, um dia eu vou ser uma pedagoga, eu vou ser uma coordenadora, e eu vou cursar até eu terminar professora [...] (A1, 39 anos, 2019).

Um dia cursar uma faculdade, mas não sei ainda em qual área... (A2, 35 anos, 2019).

Depois de terminar os estudos, eu vou fazer uma faculdade. (A3, 25 anos, 2019).

Diante dessas afirmações, é perceptível que os objetivos das entrevistadas são essencialmente atrelados ao pensamento de cuidado para com seus filhos e familiares e ao desejo de se realizar profissional e academicamente. Nesse sentido, Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010, p. 14) afirmam:

As mulheres possuem [...] ambições, como a concretização do sonho de poder dar continuidade aos estudos, cursando uma graduação ou curso técnico e também aprender mais [...] e que representam anseios que ainda não foram vividos ou experimentados mas que, a partir da EJA, estão se tornando possíveis de serem vistos, a poucos passos da realização.

Nessa perspectiva, as alunas viram na EJA uma chance de alcançarem suas metas, uma opção para o surgimento de novas possibilidades, seja a de progressão acadêmica, seja a profissional. Contudo, as finalidades e deveres da EJA não se resumem à concessão de certificados de conclusão de curso ou a transmissão de saberes técnicos. Também é de seu interesse o desenvolvimento da criticidade dos educandos, o que ainda precisa ser melhor trabalhado, conforme percebemos durante a etapa de observação dessa pesquisa e que será discutida no tópico posterior.

Ainda no tocante à entrevista, indagamos às colaboradoras se algum dos objetivos mencionados por elas já havia sido alcançado. Em resposta, a colaboradora A1, referindo-se ao almejado emprego, afirma que:

[...] ainda não. Estou à procura, porque assim... hoje você vai numa certa empresa, que [...] pede pra você um currículo, sendo que, às vezes, você tem que ficar aguardando, você tem que ficar esperando... e, o principal, que eu vejo, hoje, da dificuldade que a gente encontra de deixar currículo, e levar currículo, e uma empresa te atender. E... o principal, assim, é você ter fé. Porque se você *ter* fé, você vai chegar lá, que é concorrido o mercado (A1, 39 anos, 2019).

A perspectiva de vir a conseguir um emprego na cidade de Breves, como é sabido, é mínima. Tanto que, para A1, devemos contar com a “fé”, pois, somente procurar, por meio da entrega de currículo, não é garantia de contratação. Já na questão de estudos, ela relata ter alcançado a conclusão do ensino fundamental: “Sim, 2017, 2018... e 2019 [...]”. As respostas das demais entrevistadas foram semelhantes, pois também concluíram o ensino fundamental e deram continuidade a sua formação básica, lançando-se em busca da superação de mais uma etapa de seus objetivos:

A metade já [...] tipo, né, os estudos, quando eu terminei o fundamental. Já... agora já vou, *tô* cursando o médio, já... (A2, 35 anos, 2019).

[...] é que eu terminei meu fundamental, já *tô* fazendo o primeiro ano, já, né? (A3, 25 anos, 2019).

Após, foi perguntado às colaboradoras: “o que significa ser mulher, o que é ser mulher para você?”. Nosso intuito, nessa questão, era averiguar qual a concepção, qual o olhar que elas teriam sobre o que é ser mulher na sociedade. A resposta de A1 foi:

Eu penso assim, que mulher, além dela ter os trabalhos dela, além dela ter os compromissos dela, eu vejo ela ser **útil em vários... é, afazeres**. Quando ela faz uma afazer aqui, ela consegue colocar na mente dela que ela vai conseguir, ela vai *pra* frente, ela vai em frente, até ela obter aquilo que ela busca. Então eu me vejo assim: uma mulher batalhadora, vencedora, é assim que eu me vejo como mulher (A1, 39 anos, 2019 – grifos nossos).

Na fala de A1 é perceptível a responsabilidade social e culturalmente imposta à mulher, qual seja, a de as mulheres não apenas cumprirem seus compromissos, mas de serem aquelas que se desdobram para fazer além deles. Essa visão aponta que muitos afazeres lhes são impostos e que o uso da máxima, de que são guerreiras, é uma maneira de induzi-las a, cada vez mais, buscarem maior número de responsabilidades. Implícito na concepção de A1 também está presente a noção social introjetada de que a mulher deve ‘carregar’ o mundo nas costas – afinal, são ‘guerreiras’. Daí o cansaço, como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] eu me vejo assim, como mulher... Ao mesmo tempo que eu me vejo... é... entre... entre o dia, entre anos... eu me vejo, assim... às vezes, **eu me sinto muuuuito cansada, muito cansada, mas também eu me vejo como uma mulher vencedora, uma mulher virtuosa**, como diz a Bíblia, né? (A1, 39 anos, 2019 – grifos nossos).

Mas ao se equiparar às mulheres bíblicas, virtuosas, considera-se vencedora e, assim, todo excesso de trabalho e de luta torna-se válido, visto que, ainda de acordo com ela,

Tem uma passagem na Bíblia que ela fala que a mulher virtuosa, aos olhos do senhor, e que é sábia, ela edifica a casa. Eu sempre peço também, [...] *pra* Deus, assim, *pra* ele me tornar uma melhor esposa, melhor aluna, melhor colega, melhor amiga (A1, 39 anos, 2019).

De acordo com o relato de A1, entendemos que o conceito da mulher virtuosa, mencionada por ela, está estritamente ligado ao cumprimento de deveres e responsabilidades dirigidas à mulher pelos padrões sociais e, principalmente, religiosos. Em outras palavras, é aquela que deve tomar para si afazeres e responsabilidades, sempre com o intuito de ser melhor para seu esposo ou seus filhos. Assim, foi possível inferirmos, também, que A1 demonstra não ter (ou esforça-se para ignorar) uma percepção do tamanho do peso que é colocado em seus ombros, pois há uma sobrecarga de responsabilidades que poderia ser partilhada com as pessoas que convivem com ela. Deste modo, “apesar das várias mudanças na sociedade, muitas mulheres ainda carregam para si, de maneira intrínseca, toda a responsabilidade pela casa e família, mesmo que elas trabalhem ou estudem” (PALÁCIOS; REIS; GONÇALVES, 2017, p. 117).

Para A2, responder a essa mesma pergunta (sobre o que é ser mulher) tornou-se muito difícil, e ela chegou a dizer que não sabia. Entretanto, após esboçar um sorriso meio sem jeito, respondeu: “Acho que tem que se dedicar, né? Ter respeito e... estudar, principalmente, né?”

Na brevíssima resposta, deduzimos que ela está se referindo a alguns direitos que as mulheres possuem, como ser respeitada, poder estudar. E complementa a resposta com um desejo: “que as pessoas possam enxergar e valorizar a mulher...”. Ou seja, embora a resposta tenha sido breve, a A2 foi mais profunda e tocou em questões sociais, humanas atuais: a valorização das mulheres e o respeito a elas. Ela também toca em um aspecto importante: a educação, que as mulheres estudem. Nessa vertente, Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010, p. 16) ressaltam que

a EJA representa um caminho para a minimização dos efeitos da exclusão a que a vida da mulher foi relegada durante muitos anos, pois possibilita a ela uma nova chance de poder melhorar suas condições de trabalho e renda, bem como proporciona sua autonomia e empoderamento, que somente a qualificação pessoal a proporciona, trazendo a ela novas possibilidades de inserção nos espaços de socialização que se ampliam à medida que refletem numa nova visão de mundo.

Ainda em relação à pergunta sobre o que é ser mulher, A3 igualmente demonstrou dificuldade para responder a esse questionamento, e, por esse motivo, foi necessário que explicássemos a ela que a pergunta se referia, em outras palavras, a como ela caracteriza, definiria o que é ser uma mulher, do que se precisa para ser uma mulher (talvez também não tenhamos conseguido nos fazer entender, visto que a concepção social sobre o ser mulher está tão entranhado em nós, pesquisador/a, que ao termos que esmiuçar para pessoas que pouco ou nada leram a respeito acabamos não nos fazendo entender). Após um breve momento de silêncio, em busca de uma resposta, a colaboradora explica, com um ar de desabafo: “ah, precisa de um monte de coisa, né?! Hoje em dia, *pra* gente sair, precisa ter uma roupa boa, né? E... tudo... maquiagem... *Pra* falar a verdade, se a gente não tiver um dinheiro bom *pra* comprar as coisas, que *tá* tudo caro...”.

Pela resposta, concluímos que para A3, ser mulher é se vestir bem, estar arrumada, maquiada, ou seja, precisa corresponder aos padrões estéticos ou culturais (ser a beleza; não a força, inteligência). Mas não descartamos a possibilidade de que a resposta pode ter sido dada a esmo, por não ter compreendido a pergunta e/ou nosso objetivo.

A certa altura da entrevista, a pergunta foi mais incisiva, pois perguntamos: “Você já ouviu, em alguma ocasião, durante as aulas, falar sobre relações de gênero?”. A nossa intenção era verificar se no curso, disciplinas ministradas dentro da EJA o tema era/foi discutido. Para essa questão, todas foram categóricas em afirmar: “Não, nunca ouvi falar”. Por isso a pergunta foi reformulada: “E sobre desigualdades entre homens e mulheres alguma vez, em alguma aula, o assunto foi discutido?”.

A colaboradora A2 respondeu que “Ele [o professor] falou que existia, né... mas, agora, depois que a mulher começou, né, a... nós já tivemos mulher presidente... aí... **agora ele falou que não tem muita diferença**” (grifos nossos).

Atualmente, como a mídia tem trazido à tona, mas muitas vezes de forma rápida, a questão de desigualdades entre homens e mulheres, o combate à violência de gênero entre outros temas afins, muitas pessoas se consideram aptas a falar sobre esses e outros temas como o racismo, por exemplo. Contudo, esses temas são complexos, exigem leituras atualizadas. E, assim, por inúmeros motivos, entre eles o desconhecimento, a falta de leituras teóricas sobre estudos de gênero, professores/as, sociedade, às vezes, acabam atropelando a informação, pensando que estão ajudando nessas questões, como foi o caso do professor que disse, por desconhecimento ou por que é machista mesmo, que atualmente “não tem muita diferença”. Existem várias perspectivas e fatores que divergem dessa afirmação, por exemplo, há diversas pesquisas, como a “estatísticas de gênero”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2016)⁵, que revelam desigualdades expressivas entre homens e mulheres, de forma mais precisa, que as mulheres que trabalham dedicam 73% mais horas do seu dia aos cuidados e/ou afazeres domésticos do que os homens e continuam recebendo menos do que eles. Além disso, os telejornais ratificam, ao mostrar diariamente violências e feminicídios em suas matérias, reafirmando que as mulheres não exercem, muitas vezes, nem o direito à vida, muito menos às escolhas de seu futuro, pois estas costumam pertencer ao marido, à família e/ou da sociedade, que ainda determina os papéis femininos, em função dos padrões historicamente estabelecidos. Então, ainda há muita desigualdade, sim.

Neste contexto, diante da resposta da informante, perguntamos: “Você percebe alguma diferença no tratamento, por parte do/a professor/a e/ou entre os alunos, entre homens e mulheres na escola?”

Para esta pergunta, A3 respondeu que “Não [...] Eu não percebi” (A2, 35 anos, 2019). E A3, “Não... da mesma maneira tratavam todo mundo” (A3, 25 anos, 2019). E a aluna A1, “E tratamento, assim, é... diferenciado, eu não observei de nenhum deles. Sempre por igual” (A1, 39 anos, 2019).

Entretanto, sabemos que para observar, notar quaisquer diferenças, é preciso que se tenha algum conhecimento sobre as relações de gênero – tema sobre o qual, de acordo com elas, nunca lhes foi falado nada em sala de aula. Ainda nesse sentido, como exemplo desse desconhecimento, A1, ao responder essa questão de maneira mais explicativa, confunde o tratamento diferenciado entre

⁵ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>

homens e mulheres com problemas de relacionamento entre as pessoas, como pode ser observado a seguir:

Aí eu entrei, coloquei uma cadeira bem, bem encostadinha assim na parede. Eu falei: Meu Deus, esse jovem aqui, eu tenho que fazer eles se tornarem meus coleguinhas daqui de dentro de sala, porque aqui dentro nós vamos ser coleguinhas, um pra ajudar ao outro. Aí, logo no início, a gente encontrou dificuldade, por que vinha uns com [...] chapeuzinho aqui na cabeça... e às vezes chegavam e não queriam tirar; às vezes se abaixavam [...] mas, em si, eu fui pra cima deles, tentava conversar, fazia grupo [...] Aí a gente se encontrou (A1, 39 anos, 2019).

Partindo desse pressuposto, percebemos a importância das discussões concernentes a gênero na escola, em especial na modalidade EJA, visto que é um local, em Breves, no qual a mulher é a maioria do público atendido. Mulher esta que passa por “lutas” para vencer as barreiras de uma sociedade patriarcal que, por séculos, determina suas obrigações dentro de casa e fora dela. Mas, nesse cenário, torna-se relevante ressaltarmos aquilo que A1 afirma: “é muita luta, mas também a gente pode contar de vitórias... em meio a muitas lutas durante o dia, durante a noite, durante aquele trabalho, durante muitas coisas, a gente obtém também vitória (A1, 39 anos, 2019).

A luta deve ser constante, inclusive para que estas e todas/todos as/os estudantes, do ensino básico à graduação, tenham acesso às discussões de gênero, pois tal tema se tornou assunto de utilidade pública. E a luta deve ser constante, pois, a partir das falas das entrevistadas (mas não somente, pois é sabido o quanto as discussões de gênero ainda estão distantes da população brasileira), podemos inferir que no processo ensino e aprendizagem educadores e educadoras da EJA não estão abarcando temas como as relações de gênero, pois as falas das mesmas indicam um total desconhecimento sobre o tema e, conseqüentemente, de direitos sociais e humanos da mulher. Por isso, de acordo com Arroyo (2006, p. 20), devemos considerar que os alunos e alunas “são jovens e adultos que têm uma trajetória muito específica, que vivenciam situações de opressão, exclusão, marginalização, condenados à sobrevivência, que buscam horizontes de liberdade e emancipação no trabalho e na educação” – mas que, como podemos observar, não têm conseguido mecanismos (teóricos) para se libertarem da opressão na qual as mulheres têm vivido, salvo as exceções. Tal observação, contudo, é feita ciente de que o número de entrevistadas é mínimo para averiguarmos, de forma mais contundente e ampla, o ensino da EJA em Breves no tocante às relações de gênero. Porém, a análise assinala obtida pode e deve acender, sim, um sinal de alerta. Principalmente porque essas três mulheres/estudantes espelham, reverberam muitas outras alunas que, assim como elas, sofrem, sem perceber, a opressão de uma sociedade patriarcal e enfrentaram/enfrentam as adversidades diárias para concluir seus estudos. Nessa perspectiva, Leony (2013) reitera que as mulheres começam a

almejar conhecimento e educação, mas ainda não questionam a estrutura androcêntrica à qual estão submetidas, pois, durante séculos, as mulheres estiveram submetidas à estrutura patriarcal e relegadas ao ambiente doméstico. E, assim, sem conhecimento, leituras sobre o tema nem sempre conseguem ver/ter uma dimensão dessa opressão, salvo as raras exceções que percebem e buscam sair desse sistema opressão-exploração.

A modalidade EJA possui um grande papel na vida dos educandos e educandas que, por motivos vários, não conseguiram estudar na infância e adolescência, e, na idade adulta, veem nela a possibilidade de “ser alguém”, de progredir, o que pode ser percebido na fala de A1: “só [...] agora que eu [...] vou me deparar com a situação de que eu posso estudar, nessa idade. Mas eu pretendo agora ir *pra* frente, eu pretendo terminar, eu pretendo cursar, **eu pretendo ser alguém agora [...]**” (A1, 39 anos, 2019 – grifos nossos). Ou seja, o ser alguém, para ela, significa alcançar uma etapa mais elevada na formação educativa, enxergando a educação como o melhor (ou o único) meio de crescimento profissional, bem como uma forma de conquistar espaço e reconhecimento na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos um objeto de estudo com determinados objetivos, tendemos, antecipadamente, a imaginar como será e o que encontraremos. Contudo, durante o processo, nem sempre o que criamos mentalmente se concretiza. Outras vezes, os dados obtidos tendem a superar nossas expectativas, o que foi o caso desta pesquisa que, ao final da mesma, levou-nos a algumas conclusões nem um pouco animadoras.

Dentre elas, concluímos que os motivos que levaram as alunas a interromperem os estudos foi o trabalho iniciado na infância para contribuir com o sustento da família. Ironicamente, na fase adulta, esse mesmo motivo, acrescido de outros, as fizeram voltar à escola: a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda da família, a conscientização da importância do estudo – tanto para o crescimento pessoal, quanto para o crescimento profissional, por exemplo.

Foi possível concluir também que ser mulher, para as alunas entrevistadas, ainda revela o quanto elas ainda estão presas aos papéis sociais de gênero construídos social, cultura e historicamente, ainda que elas reconheçam que precisa haver uma valorização da mulher – reflexo tímido de gênero advindo, muito possivelmente, da mídia televisiva. Esse resultado denota que, durante o tempo que passaram na EJA, essas três estudantes entrevistadas, em específico, não tiveram contato com nenhuma discussão sobre relações de gênero na escola.

Diante do quadro que esta pesquisa revelou, é pertinente considerarmos que estudos mais amplos, que abarquem outras escolas e mais mulheres, devem ser realizados e, principalmente, que

as secretarias de educação busquem mecanismos (cursos de aperfeiçoamento para os/as docentes; convide palestrantes para proferir palestras, cursos para os/as alunos/as) para proporcionar aos alunos e alunas, do ensino fundamental e médio, uma formação intelectual no que se refere às relações de gênero, que leve esses sujeitos e sujeitas a uma conscientização sobre respeito, direitos, dentro das relações de gênero e nas relações humanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é FEMINISMO**. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

ARROYO, Miguel González. **Formação de Educadores da Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em: <http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos.pdf> Acesso em: 10 de abril. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em: 30-11-2018.

_____. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>> Acesso em: 10-12-2018.

LEONCY, C. E. T. **Mulheres na EJA**: questões de identidade e gênero. Campinas, SP : [s.n.], 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250793/1/Leoncy_ChristianeEvelynTeixeira_M.pdf> acesso em 30-10-2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NARVAZ, M. G.; SANT'ANNA, S. M. L.; TESSELER, F. A., Gênero e educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **DIÁLOGO**, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago. 2013.

ORO, A C.; WESCHENFELDER, R. C. S.; STECANELA, N. **Mulheres e EJA**: o que elas buscam?. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: < <https://docslide.com.br/documents/artigo-mulheres-e-eja-o-que-elas-buscam.html>> acesso em 29-10-2018.

PEREIRA, V. L. **Gênero**: dilemas de um conceito. Em M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Prehn (Orgs.), **Gênero e cultura**: questões contemporâneas (Coleção Gênero e Contemporaneidade, Vol. I, pp. 173- 198), Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para os estudos históricos? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> acesso em:29-10-2018.

Revista Falas Breves